

Constituinte com o povo

9 MAI 1987

VITOR BUAIZ *

O Brasil é um país capitalista do Terceiro Mundo. A oitava potência econômica e a sétima em miséria. Cento e trinta e cinco milhões de habitantes distribuídos irregularmente em 8.500.000 km². A terra, a renda, as riquezas concentradas nas mãos de uma minoria privilegiada. Estes dados por si só refletem uma realidade triste e cruel em que vivem 70 por cento da nossa população. O êxodo rural em busca de condições de vida dignas fez inchar as grandes cidades, criando aglomerações urbanas em que a disputa selvagem por um lugar ao sol gerou a violência e a discriminação.



Vivemos numa sociedade desigual em que o capital e a sede de lucro prevalecem sobre o trabalho. A exploração e a opressão são partes integrantes do progresso desordenado. Mulheres, negros, índios, homossexuais, não têm vez, nem voz. O regime militar, que veio a título de "botar ordem na casa", caracterizou-se pela corrupção e pela repressão. A censura representou 20 anos de retrocesso cultural e político.

O processo Constituinte em que vivemos no momento traz à tona uma discussão que poderia, à primeira vista, parecer primária e ingênua, mas que deve ser levantada diante daqueles que não conseguiram visualizar ainda a dimensão maior da luta de classes: é possível chegar-se a uma sociedade mais justa, acabar com a exploração e opressão, enfim, construir uma sociedade socialista através da via institucional, do Parlamento burguês? O exemplo do Chile aí está para tirar qualquer dúvida. 11 de setembro de 1973, um golpe militar dos mais sangrentos derrubou o governo socialista de Salvador Allende — eleito pelo voto popular — e persiste até hoje, com perspectivas sombrias de uma abertura. O povo continua resistindo, apesar de milhares de prisões, torturas e mortes nos cárceres da ditadura.

A presença do PT no contexto histórico brasileiro se faz com a consciência e a clareza de que o processo revolucionário que vai transformar a sociedade passa obrigatoriamente por etapas em que a organização popular é uma das mais importantes. Os espaços que se abrem em todos os níveis devem ser ocupados, pois condicionam o avanço das lutas populares na conquista das liberdades democráticas. A soberania que a Constituinte pretende garantir a qualquer custo é um passo adiante para o fim do entulho autoritário, recuperando as prerrogativas do Legislativo e apontando na direção da defesa da soberania popular. Os 51 deputados dos partidos de esquerda — PT, PDT, PSB, PC e PC do B — têm conseguido defender as propostas mais conseqüentes da Constituinte, como a iniciativa popular, a audiência pública e o plebiscito temático, cumprindo um papel importante nessa etapa de transição em que prevalecem os interesses das forças conservadoras e reacionárias.

A paranóia de um possível golpe militar que pairou nos ares de Brasília durante algumas semanas não passou de uma estratégia dessas forças para tentar calar a voz dos seus opositores, interrompendo a caminhada em que o confronto com o poder estabelecido balançava suas estruturas arcaicas e apodrecidas pela ferrugem da corrupção.

A conjuntura política brasileira atual não permite posições dúbias; a opção de classes se torna crucial no momento em que a comunidade se aproxima da Constituinte trazendo as propostas que vão satisfazer os anseios e as necessidades de todo o povo organizado. Ou estamos do lado dos opressores, ou dos oprimidos. O resto é folclore, bem ao gosto da grande imprensa e da burguesia nacional.

*Deputado federal do PT-SP

Constituinte teve 9.456 propostas

A secretaria-geral da Assembleia Constituinte concluiu ontem à noite a numeração e contagem das propostas apresentadas por deputados e senadores, ainda dentro do prazo regimental (24 horas de quarta-feira última). Foram apresentadas 9.456 propostas. Mais de metade delas foi encaminhada à secretaria-geral no derradeiro dia e poucas horas antes do final do prazo.

Agora, a secretaria-geral vai numerar e contar as propostas apresentadas por entidades civis, câmaras de vereadores e assembleias legislativas.

Enquanto isso, os relatórios das 24 subcomissões temáticas continuam trabalhando na elaboração dos seus pareceres. Os pareceres deverão estar prontos até segunda-feira, porém o mais provável é que só sejam apresentados na terça-feira. As segundas, a Constituinte não funciona. Em seguida os pareceres serão debatidos, ainda no âmbito das subcomissões, e receberão emendas. A votação das emendas (ou do parecer de cada subcomissão) será nos dias 21, 22 e 23 de maio. Uma vez aprovadas, as propostas serão encaminhadas às respectivas comissões temáticas.



Poucos servidores: o trabalho está pronto

Dornelles promete maior autonomia

O presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ), disse ontem que, no campo tributário, a comissão vai elaborar um projeto que dê maior autonomia e maiores recursos para os estados e municípios. Segundo ele, existe uma grande preocupação da sociedade brasileira com a desconcentração do poder.

Na área de orçamento, segundo o deputado, vão ser apresentadas normas rígidas "que permitam que a sociedade brasileira acompanhe a forma e a maneira como o Governo gasta os recursos que lhes são entregues a título de imposto, e, na forma, no sistema financeiro".

Na Subcomissão do Sistema Financeiro — acrescentou — deverá ser definido o relacionamento entre a União e o Banco Central, impedindo que este, através de emissão, venha a cobrir gastos públicos que não tenham sido aprovados pelo Congresso, que represente a sociedade brasileira.

Francisco Dornelles disse que a nova distribuição financeira tributária proposta pela comissão vai trazer uma grande contribuição para a consolidação do sistema federativo. "Nós não vamos ter um regime democrático estavel sem uma descentralização administrativa, sem maior autonomia para os estados e municípios".